

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE
MESQUITA FILHO”**

MARIANA GONÇALVES DE MESQUITA

**JORNALISMO E O PORTAL POLITIZE: COMO A
INFORMAÇÃO CONTRIBUI NA MANUTENÇÃO DA
DEMOCRACIA**

**BAURU
2018**

MARIANA GONÇALVES DE MESQUITA

**JORNALISMO E O PORTAL POLITIZE: COMO A
INFORMAÇÃO CONTRIBUI NA MANUTENÇÃO DA
DEMOCRACIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, sob orientação do Prof.º Maximiliano Martin Vicente.

**BAURU
2018**

MARIANA GONÇALVES DE MESQUITA

**JORNALISMO E O PORTAL POLITIZE: COMO A INFORMAÇÃO
COLABORA NA MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, sob orientação do Prof.º Maximiliano Martin Vicente.

Bauru, 04 de dezembro de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Maximiliano Martin Vicente
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Carlo José Napolitano
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Ms. Roberta Cava
Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Dedico este trabalho a sete pessoas cujo nome possui Mesquita, pois sem eles, hoje eu não estaria aqui

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe Oxum, pois sem ela não teria tido forças para superar com tanta vontade todos os problemas que até aqui enfrentei.

Agradeço a Marcia e Marcelo Mesquita, meus pais, que muito batalharam e viveram por mim. Jamais conseguirei agradecer por ter pais que sabem tanto amar, proteger e ensinar sua filha. Eu amo vocês mais do que palavras possam descrever.

Agradeço ao meu avô Carmélio, por ser meu exemplo de humildade, sabedoria e de base para uma família. Agradeço a minha avó Therezinha, por cada dia que eu cheguei em sua casa após a escola até o fim da graduação e fui recebida com amor e carinho.

Agradeço a minha madrinha Marisa por ter sido combustível para minhas asas voarem. Agradeço a minha tia e também madrinha Miriam por ter sido o colo para chorar e poder esvaziar o peito para conseguir voar mais alto.

Agradeço a República Repiroca, por ter me recebido com tanto amor e me transformado numa pessoa melhor, me feito crescer, evoluir e me amar mais. Vocês são a representação de tudo que adquiri durante esses 4 anos de crescimento e companheirismo. Vocês estarão no meu coração para sempre.

Agradeço, especialmente, a Steffani Baroni por ter sido quem me deu a mão durante esses quatro anos e me segurou, com muita firmeza, nos melhores e piores momentos que vivi nos 4 anos de evolução em Bauru. A gratidão por isso é imensa.

Agradeço também o Willian Aguiar, por ter sido a pessoa que me fez enxergar que mundo estava me aguardando e, ao longo de mais de 6 anos, foi meu diário e colo amigo para me entender e me ajudar a crescer.

E acima de tudo, agradeço a você Ilza. Agradeço por ser quem você é, por fazer o que você faz e amar como você ama. Eu sinto muito orgulho de você e estaremos juntas pelo resto da vida.

E, especialmente, agradeço meu orientador Max, que como professor me inspirou, como orientador acreditou e, como jornalista muito devo a esse excelente profissional, que sem sua ajuda, não teria sido possível chegar até aqui.

"Educação não transforma o mundo.
Educação muda as pessoas. Pessoas
transformam o mundo" Paulo Freire.

A informação educa e a educação liberta.
E como jornalista lutarei até o fim pela
liberdade.

RESUMO

A presente monografia tem como finalidade estudar o Portal Politize e analisar de que forma ele pode, ou não, ajudar no resgate do jornalismo voltado para temas de política brasileira. Para tanto se realiza um resgate do recente período da política brasileira, tendo como recorte a Constituição de 1988, identificando o embate entre as correntes heterodoxas e ortodoxas assumidas pelos dirigentes do país. Para verificar como o Portal Politize aborda questões de cunho político, foram selecionadas três notícias relacionadas com medidas adotadas pelo governo Temer e estudadas adotando como metodologia a análise do conteúdo proposta por Laurence Bardin. Os resultados encontrados apontam que o Portal Politize se apresenta como uma alternativa relevante para se obter conteúdos políticos, entretanto, sentimos que no desejo de buscar a imparcialidade se perde o caráter contextual das medidas o que pode impedir que as pessoas façam suas escolhas de maneira que não se leve a totalidade do conteúdo oferecido pelo Portal.

Palavras-chave: Jornalismo Político; Democracia; Portal Politize;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Idade do público alcançado com a pesquisa.....	20
Gráfico 2: Meio de comunicação em que o entrevistado mais se informa.....	20
Gráfico 3 - Confiabilidade do telespectador aos principais telejornais brasileiros na TV aberta.....	22
Gráfico 4 - Confiabilidade nos principais portais de notícias online.....	23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O JORNALISMO NA MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA: QUAL E COMO ESTÁ SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	12
1.1 JORNALISMO: SUAS TRANSFORMAÇÕES E A RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	12
1.2 BALANÇO ENTRE JORNALISMO E SOCIEDADE BRASILEIRA.....	21
1.3 IDENTIFICANDO O PROBLEMA.....	26
2. RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA BRASILEIRA.....	29
2.1 OS PRIMEIROS PRESIDENTES ELEITOS POR VOTO DIRETO E OS MODELOS ORTODOXOS BRASILEIROS.....	31
2.2 A CHEGADA DOS GOVERNOS HETERODOXOS.....	33
2.3 O GOVERNO TEMER E O RETORNO DO MODELO ORTODOXO.....	39
3. JORNALISMO, O PORTAL POLITIZE E DEMOCRACIA.....	41
3.1 O QUE É O PORTAL E SUA RELAÇÃO COM O JORNALISMO.....	41
3.2 ANÁLISES DE CONTEÚDO: AS REFORMAS DE TEMER PELO PORTAL POLITIZE.....	44
3.2.1 Análise: Como a reforma do ensino médio vai mudar a educação brasileira?.....	45
3.2.2 Análise: Reforma Trabalhista: conheça os principais pontos.....	47
3.3.3 Análise: Reforma da Previdência: entenda os principais pontos.....	48
3.3 O QUE O JORNALISMO DEVE APRENDER COM INICIATIVAS COMO A POLITIZE!.....	50
4. CONCLUSÃO.....	53
5. REFERÊNCIAS.....	55

INTRODUÇÃO

Os últimos acontecimentos políticos no Brasil demonstraram que a jovem democracia brasileira ainda vive em processo de consolidação, estando assim frágil a crises políticas e econômicas no sistema. Nos últimos anos da democracia, vimos a troca de um modelo ortodoxo para prevalecer um modelo heterodoxo de governo, que desagradaram muitos e em junção a má administração pública, cenário internacional instável e escândalos de corrupção aconteceu uma grande instabilidade no sistema político brasileiro.

A maior consequência dessa instabilidade foi o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Com isso, seu vice Michel Temer, da chapa do PMDB, assumiu o governo e, com ele, trouxe significativas reformas que afetam diretamente a população brasileira.

Paralelo a isso, foi nessa instabilidade do sistema político brasileiro que foi possível enxergar na sociedade grandes sinais de analfabetismo político. Em meio a movimentações públicas, poucos sabiam ao certo como funciona a máquina pública para poder reivindicar seus direitos. Isso demonstra que o sentimento de cidadania e valores democráticos não estão enraizados na sociedade brasileira.

E um dos pontos que podemos observar que possuem culpa nesse cenário é o jornalismo. Sua essência advinda da Revolução Francesa caracterizava a atividade como uma grande contribuinte na manutenção da democracia, no seu caráter de direito à informação e prevalecer a verdade.

Mas assim como muitas instituições, o jornalismo foi corrompido pelos interesses do poder. Com o desenvolvimento tecnológico, surgiu um jornalismo de mercado que submete seus conteúdos a alguns interesses. E ao longo de sua trajetória, um discurso que já não era possível manter total neutralidade por ser produzidos por seres sociais, ficou cada vez menos compromissado com os valores de imparcialidade que a atividade possui em sua raiz.

Ao se afastar cada vez mais do seu compromisso, a atividade jornalística deixou uma lacuna na educação política entre aberta que foi aproveitada por outras plataformas. Uma delas é o Portal Politize, que busca transformar a sociedade por meio da educação política.

Assim, essa monografia irá fazer todo um resgate teórico e análise, com base em pesquisas, para chegarmos até o conteúdo do portal, que muito agrega a atividade jornalística, mesmo não se caracterizando como tal.

O objetivo assim é identificar o problema na base teórica para que soluções dos problemas estruturais sejam encontrados com as análises dessa monografia.

CAPÍTULO 1 – O JORNALISMO NA MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA: QUAL E COMO ESTÁ SUA ATUAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

1.1 JORNALISMO: SUAS TRANSFORMAÇÕES E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Para iniciarmos o conteúdo que trará base para as análises finais dessa monografia, primeiramente, é necessário entender o que é o jornalismo. Essa pergunta tão complexa, que torna impossível uma única resposta, abre o campo para destrincharmos outros questionamentos: como ele age, o que ele representa e como é feito.

Considerando essas perguntas, também tem que ser posto em pauta que o jornalismo, em sua essência, está nas relações humanas há séculos e, assim como a sociedade, sua produção e representação mudou ao longo do tempo.

A partir disso, esse capítulo tem o intuito de discutir como a função social do jornalismo se apresentou ao longo da sua história até os dias atuais, considerando o contexto brasileiro sempre que possível.

O ato de se comunicar em si é instintivamente humano. Desde os desenhos nas cavernas às interações nas redes sociais, o homem utiliza-se da sua capacidade de transmitir mensagens. Dentro da sociedade esse processo se transformou, tornando a comunicação uma ferramenta para diversas relações humanas. Justamente dessa necessidade de informar e ser informado surgiu o jornalismo.

Para tentar responder os questionamentos que esse capítulo iniciou e sem pretender esgotar o tema, passamos agora a mostrar uma síntese de alguns momentos onde a presença e a atuação do jornal se destacaram.

O primeiro jornal conhecido pela história surgiu em 59 a.C, o Acta Diurna, redigido por Júlio Cesar¹.

O jornal continha histórias de interesse humano e notícias sensacionalistas, mas principalmente, servia como marketing das conquistas do imperador. Isso o caracterizou como um material parcial, pois nunca publicava conteúdo negativo ao império.

Outra característica importante do periódico é que devido à lenta comunicação do período, onde o transporte era a cavalo e textos eram trazidos a pé, os informativos vinham com notícias de semanas atrás de sua publicação.

O jornal era exposto em praça pública e o seu último registro ocorreu em 222 d. C. O que nos interessa desse primeiro jornal é que servia a interesses bem específicos e que de certa forma já mostrava parcialidade na hora de apresentar os acontecimentos á população.

Continuando com a trajetória do jornalismo, podemos dar um salto significativo no tempo e chegar ao ano de 1447, período da Idade Média. Essa data é simbólica na comunicação, pois marca a criação da prensa por Johannes Gutenberg.

A invenção facilitou o processo de produção, pois, o que antes era realizado manualmente começou a ser feito por máquinas, fazendo com que a publicação de jornais, livros e qualquer material de grande circulação se tornassem mais barato, amplo e rápido. Com esse avanço tecnológico surgem os jornais modernos, que nada mais continham do que notícias mercantis que circulavam entre os comerciantes.

O fato não só marcou a trajetória do jornalismo como também da história. Alguns autores defendem que esse foi o limiar entre a Idade Média e a Renascença, onde se valoriza a ciência como forma de entender e analisar os problemas sociais. Ainda destacaríamos para este pedido que, de certa forma, se inicia a massificação da informação atingindo mais pessoas e, portanto, a capacidade de intervir nas questões sociais se maximiza com a presença desse veículo impresso.

Entretanto, por mais que o ato de informar já fosse algo comum na sociedade, foi somente na Revolução Francesa, com o Iluminismo, que nasceu a noção de direito à informação. De maneira heróica, o jornalismo surgia como uma forma de fortalecer a democracia, expor e esclarecer a verdade. Para Marcondes Filho (2000), o jornalismo nasce na modernidade com a definição e implantação dos direitos sociais e humanos.

“E a Revolução Francesa, símbolo da queda de regimes monárquicos e do poder aristocrático, foi também, ao mesmo tempo, a conquista do direito à informação [...]. Assim, todo o saber acumulado e reservado aos sábios passa agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 18)

De acordo com Santos (2014, p. 1 *apud* Palmer, 1994, p. 108), o termo jornalismo surgiu em 1703, no periódico francês *Journal de Trévoux*. Foi na sua

intenção de não só informar, mas explicar os fatos, que nascia sua responsabilidade social do esclarecimento, de a partir de suas técnicas e recursos, tornar acessível aquilo que poucos detinham: a informação.

“Consciente ou inconscientemente, firmamos um pacto de confiança com a mídia, porque acreditamos que o jornalismo é uma forma de narrativa do presente que tem correspondência com o que entendemos por realidade”.
(CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 28)

Pelas colocações realizadas anteriormente destacamos que de ser um instrumento de divulgação massiva de informação, agora, o jornalismo passou a interferir diretamente no avanço social pela capacidade de introduzir de temas que resultariam no avanço social e no aperfeiçoamento das instituições. Por isso, pode-se concluir que, historicamente, o jornalismo é um serviço público, que deve ao leitor a tentativa da objetividade, da imparcialidade e da verdade. Não que isso seja conseguido sempre, mas podem sim ser consideradas metas que o jornalismo almeja galgar, mas, principalmente com os avanços tecnológicos e contextos que modificaram a atividade, está sendo cada vez mais difícil seguir com suas metas.

Para Marcondes (2000) foi nesse período que surgia a primeira fase (de quatro) do jornalismo, caracterizado pelos primeiros rastros de profissionalização da atividade, a ânsia pelo esclarecimento político-ideológico e o caráter heroico de suas produções. O foco nesse período não era a atividade jornalística, mas os fins pedagógicos e políticos com as publicações.

É também nesse contexto que nasce o mito da transparência. Por não estar se submetendo a ninguém, o jornalista irá vasculhar cada detalhe de cada notícia, para explicar ao seu leitor, de maneira mais completa, a verdadeira informação.

Nesse contexto, no Brasil, em 1808 com a vinda da família real, surgia o primeiro jornal brasileiro: o Gazeta do Rio de Janeiro. Até então não havia nenhum periódico devido o atraso na urbanização, a suma maioria analfabeta e a falta de interesse no crescimento interno.

O início do jornalismo do Brasil foi uma produção voltada aos interesses da Corte e altamente censurada. Com o passar dos anos em direção a independência, as produções jornalísticas foram aumentando e passaram a despertar, a partir de debates sobre novas formas de colonização, sentimentos nacionalistas e autonomistas. Identificam-se no Brasil, nesse momento, os primeiros traços da ligação que o jornalismo tem com o cenário político, assim como ocorreu no aspecto internacional na Revolução Francesa.

Durante o período de regência e Segundo Reinado, os jornais foram tomando forma e começaram a se separar em vertentes: havia os conservadores de direita, os liberais da direita e os liberais da esquerda.

De acordo com Romancini e Lago (2012), os “pasquins”, um tipo de publicação panfletária, crítica e satírica existente desde o período de pré-independência, ganham força e, aliados a outros jornais, transmitiam novas ideologias à população, responsáveis por insuflar as revoltas do período regencial, como a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e a Guerra dos Farrapos.

O jornal nunca foi neutro diante do cenário político. Historicamente tem o papel de instigar, promover e denunciar a partir das informações e da discussão de ideias. Indiferente do contexto histórico, de alguma forma, o jornalismo sempre esteve fortemente presente na política.

Outro ponto marcante para a atividade foi a vinda do telégrafo em 1844, pois foi a partir deste que as informações começaram a chegar com mais rapidez e, conseqüentemente, facilitou o processo de produção jornalística.

Entretanto, o desenvolvimento tecnológico fez com que crescesse a máquina de produção de notícias e saísse do ambiente dos clubes de intelectuais, surgindo então a segunda fase do jornalismo, tal como defendido por Marcondes (2000). O custo dessas inovações tecnológicas transformou os jornais em empresas capitalistas, que necessitavam se auto sustentar.

“É nesse momento que o valor de troca se torna mais importante do que o valor de uso da notícia. E assim, a tendência - como se verá até o final do século 20 - é a de fazer do jornal progressivamente um amontoado de comunicações publicitárias permeadas de notícias”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14)

Mesmo com as mudanças, o jornalismo ainda se firmava em suas características: o furo, a notícia, neutralidade. Mas, com o caráter capitalista, a liberdade de expressão começa a ficar de lado e o entretenimento abre espaço para substituir as lacunas políticas.

Também é importante lembrar-se que foi nessa data, 1890 a 1920 a Era de Ouro do Jornal. Nesse momento o jornal se tornou o principal veículo de informação tendo sua hegemonia “ameaçada”, apenas, com a chegada do rádio.

Esse impacto do jornal impresso com a chegada do rádio provou a fragilidade e a volatilidade do jornalismo quanto aos avanços tecnológicos, demonstrando

assim o quanto o ato de informar se modificaria ao longo da história devido a ação de agentes externos no processo comunicacional.

Todavia, para Sampaio e Brumatti (2017, p. 2), o jornalismo só existe devido aos avanços tecnológicos, e cada etapa desta evolução está ligada a novas máquinas e meios de comunicar.

O surgimento do rádio também mostrou o poder do jornalismo de se expandir para novas plataformas e se moldar às novas características e formatos do mercado.

Com esse crescimento da atividade jornalística, surge a terceira fase do jornalismo de Marcondes (2000), caracterizada pelos monopólios, que só seriam abalados pelas Grandes Guerras e governos totalitários do período. Nesse momento, a busca incessante pela verdade e a exposição política deixam de ser o foco.

É nesse ponto da história que se mescla com sua responsabilidade social de informar com todas as forças que são substituídas por uma função intermediária. O jornal agora se torna uma ponte entre aquele que vê e aquele a quem interessa. Vale a pena citar que foi também nesse período que ocorreu o *boom* da indústria publicitária e dos relações públicas. Agora, o ato de comunicar não vinha apenas do jornalista.

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos assumem o monopólio jornalístico mundial, que antes estava nas mãos da Inglaterra, França e Alemanha.

Começam então a surgir as teorias do jornalismo e suas análises. Com ideologias voltadas para a liberdade de expressão e objetividade, também nascem o lead, a pauta e a profissionalização da produção. É nesse momento que a produção se torna uma empresa em uma estrutura organizada.

Enquanto isso no Brasil, o jornalismo marcava sua primeira influência no processo político durante a Revolução Constitucionalista², apoiando a elite paulista em defesa da reconstitucionalização do país. É importante relatar que, com o autoritarismo de 1937, implementado pelo golpe do Estado Novo realizado por Getúlio Vargas, a imprensa passa a ser fortemente censurada.

Em 1939, como forma de censurar a informação, é criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável por controlar e manipular a opinião pública. O programa "A Hora do Brasil"³ também é uma característica desse momento, assim como cinejornais que valorizavam o Estado Novo, ou seja, a figura

de Vargas e de seu governo. Para Romancini e Lago (2012), com essa política de produção de sua própria imagem nos meios de comunicação, Getúlio Vargas⁴ criou as condições para que passasse a ser conhecido como o “o pai dos pobres”.

Nesse período, o jornalismo e a política brasileira ficam cada vez mais interligados. Um jornalista, Carlos Lacerda⁵, se torna um dos principais inimigos políticos de Vargas. A ação de Lacerda, via jornal e demais meios de comunicação, é relevante por evidenciar que, apesar do controle que a Era Vargas resultava, era difícil manter os veículos de comunicação sob um único controle estatal.

Essa relação do jornalista com o governante não terminou por aí. A Guarda Presidencial tenta assassinar Lacerda e, com a crise estrutural causada internamente em seu governo e os pedidos de renúncia, Vargas se suicida.

Após esses episódios envolvendo Vargas e Lacerda, o jornalismo no Brasil viveu uma fase tranquila até a chegada da Ditadura Militar em 1964, que rompe com o processo democrático brasileiro afetando diretamente a produção jornalística já identificada como um dos pilares da democracia.

O jornalismo é uma importante ferramenta na manutenção da democracia, a partir do direito a informação e a liberdade de expressão que a atividade possui. Para Traquina (2005, p. 23), o jornalismo também possui o papel de guardião do governo em um regime democrático.

Na sua essência de permitir o direito à informação a todos, o jornalismo adquiriu um caráter político evidente. Sua função de informar sem censura, se tornou uma ponte entre os acontecimentos políticos e o cidadão, também possibilitou tornar público o que acontece na máquina pública e permitir, antes de tudo, a liberdade de expressão.

“E reservaram ao jornalismo não apenas o papel de informar aos cidadãos, mas também, a responsabilidade de ser o guardião do governo. Tal como a democracia sem uma imprensa livre é impensável, o jornalismo sem liberdade ou é farsa ou tragédia”. (TRAQUINA, 2005, p. 23)

Porém, foi por essa falta de liberdade de expressão, que a imprensa se coloca contra o regime militar, sofrendo um período de perseguições, censura e exílio. Durante a ditadura, a censura a imprensa foi fortemente armada e institucionalizada, por meio da censura prévia e autocensura.

“Com o pretexto de assegurar a segurança nacional contra o comunismo e combater a corrupção, os militares passaram a deter o poder e a praticar uma política de “linha-dura”, que resultou na perda das liberdades civis e cujos dissidentes eram calados com fortes censuras ou eram violentamente torturados e mortos”. (ROMANCINI, LAGO, 2012)

Paralelo a isso, a tecnologia mudava o jornalismo mais uma vez. O desenvolvimento tecnológico trouxe a influência da publicidade e a presença da persuasão na informação, que para Marcondes (2000) são as características do quarto jornalismo, que inicia no começo dos anos 70.

“Dentro dessa nova orientação do jornalismo, assuntos associados ao curioso, ao insólito, ao imageticamente impressionante ganham mais espaço no noticiário, que deixa de ser “informar-se sobre o mundo” para ser “surpreender-se com pessoas e coisas”. (MARCONDES FILHO, 2000, p.37)

A responsabilidade social do jornalista, que inicialmente traz o mito da transparência, objetividade e verdade em sua bagagem é revista e adaptada as convergências midiáticas que nascem do desenvolvimento tecnológico.

Para Marcondes (2009, p. 37), não há "responsáveis" por toda essa virada na forma de se fazer jornalismo. É a civilização humana como um todo que se transforma a partir de uma variável independente: a informatização.

O problema foi que, o que a profissão prezava em seus primórdios, a busca pela verdade e sua transmissão pela notícia por direito ao leitor, torna-se dúvida. Para Adghirni (2005, p. 46), o quarto poder se torna uma extensão do poder.

“O desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e a mundialização do mercado da informação alteraram de tal forma o modo de produção das notícias que ainda não temos condições de avaliar com clareza a nova paisagem midiática. Mas temos condições de afirmar, por intuição e pelas evidências da realidade, que um fenômeno de mutação do jornalismo e do jornalista está em curso”. (ADGHIRNI, 2005, p. 50)

Conclui-se, que a função social do jornalista é abalada pelo nascimento de um jornalismo de mercado. As mudanças no sistema de comunicação causaram sua submissão à lógica de exploração do capitalismo, com uma pressão pela obtenção de lucros e o crescimento do poder do marketing, a indústria da consciência e a lógica empresarial adentram a produção jornalística. Para Pereira (2004, p. 8), a mutação para o ‘jornalismo de mercado’ coloca em xeque todo o ideal romântico que perpassa a profissão.

O peso da mutação do jornalismo heroico romantizado para o jornalismo de mercado refere-se a sua responsabilidade social e ao seu poder democrático de informar.

Esse poder está na função do jornalista de construir uma realidade para ser transmitida a leitores, que fielmente, acreditam em sua exposição. Como Medina (1982, p. 23) cita “[...] para rastrear o maior número possível de versões, na busca incessante de uma verdade inatingível, na solidariedade aberta a todos que tenham

alguma coisa a falar”, o jornalista cria uma versão no sentido de “[...] não permitir que os acontecimentos permaneçam no limbo do aleatório, mas sejam trazidos aos horizontes do significativo” (TRAQUINA, 2005, p. 171).

Em outras palavras, o jornalista possui em suas mãos a responsabilidade de criar uma realidade significativa de um fato para o leitor, de forma que, com coerência, ele absorva e crie uma opinião sobre o tema que aborda. Assim, a atividade jornalística se torna a base informativa para que o leitor crie uma visão sobre determinado assunto, por isso, o peso para quem escreve aumenta.

“Da mesma forma, ao concluir sua reportagem, o profissional não apresenta apenas um relato sobre fatos, pois o que viu, ouviu, sentiu e vivenciou foi processado pela sua inteligência e pelos seus sentimentos – um processo de atribuição de significados. Ele apresenta uma narrativa viva, uma construção da realidade, mediada pelo social”. (IJUIM, 2009, p. 5)

Em 1978, com a revogação do AI-5 e o fim da autocensura, alguns jornais perceberam e adotaram uma política editorial mais alternativa. A Folha de São Paulo foi um deles e em 1984 fez a cobertura das Diretas Já, se redimindo do seu papel duvidoso em relação ao apoio, ou não, dado ao regime autoritário.

E nesse contexto que, Pereira (2004, p. 5) exemplifica a responsabilidade social do jornalismo na produção de realidade e onde a imprensa esteve presente em conquistas na sociedade: “uma entidade social e cultural, carregada de emoções, alimentando processos complexos de comunicação com informação, análises e opiniões que podem mudar os rumos de povos e nações”.

Por possuir esse peso, a produção jornalística não deveria estar submissa a mercados e outros poderes, pois desta forma pode incluir traços tendenciosos na construção da realidade ao leitor, alimentando interesses de detentores de poder e, conseqüentemente, descaracterizando a atividade jornalística.

Esse processo já está acontecendo devido à presença de um jornalismo cada vez mais de mercado, fazendo com que ocorra com mais frequência uma mistura entre as fronteiras da Comunicação e da Informação. Dois conceitos comumente confundidos, mas que designam processos diferentes.

“Do ponto de vista da Comunicação, o “jornalismo é uma forma de (se fazer) publicidade disfarçada”, enquanto que, do ponto de vista da informação, “Jornalismo é acima de tudo denúncia e desmascaramento de escândalos, negociatas, imoralidades públicas””. (ADGHIRNI, 2005, p. 51)

Para Adghirni (2005, p. 51), Jornalismo de mercado é a dissolução da profissão do lado da comunicação. E o que está acontecendo, principalmente no Brasil, é a produção desse jornalismo: mercadológico e voltado a Comunicação. O

que, mais uma vez, vai contra aos princípios românticos e heroicos da atividade, tal como defende o autor.

Essa produção mercadológica e submetida a poderes particulares está cada vez mais sendo percebida pelo leitor, ouvinte e telespectador, colocando em dúvida o seu real compromisso com a informação, devido a uma evidente parcialidade nos seus conteúdos.

E um dos principais motivos disso ocorrer no Brasil é a monopolização dos veículos de comunicação em massa, que começou no governo Sarney, com a concentração dos meios de comunicação.

De acordo com pesquisa da Media Ownership Monitor⁶ realizada em conjunto com a ONG brasileira Intervozes⁷ e a Repórteres Sem Fronteiras⁸ (RSF) em 2017, 50% dos maiores veículos de comunicação em massa do Brasil são controlados por 5 famílias brasileiras. O maior exemplo é a Família Marinho, do Grupo Globo, que detém 9 dos 50 maiores veículos do Brasil, seguido das famílias Macedo e Saad, respectivamente Record e Bandeirantes, com 5 cada.

A partir desse cenário, observa-se a falta de pluralidade nos veículos de massa brasileiros, colocando em cheque até que ponto o interesse dos detentores de poder não estão inseridos nas entrelinhas de seu conteúdo, por não ter veículos tão fortes quanto que mostre de outra forma o mesmo conteúdo.

Traquina (2005, p. 25) tem um apontamento importante quanto isso, pois para ele o Jornalismo é um contra-poder ou um poder a serviço dos poderosos.

Além disso, deve-se observar que o material produzido no modelo que mescla o entretenimento com informação tem uma influência ainda mais forte nas massas, pesando ainda mais a responsabilidade social da atividade jornalística.

Para Romancini e Lago (2012), o impacto dessa influência já pôde ser observado nas eleições de 89.

“Um exemplo da forte influência exercida pelos meios de comunicação foi sua capacidade de dar visibilidade à campanha para presidência de Fernando Collor de Mello, eleito em 1989 e mais tarde, de provocar, por meio de denúncias, o processo de impeachment, que levou a renúncia do então presidente e à prisão de seu aliado Paulo César Farias”.
(ROMANCINI, LAGO, 2012)

A atividade jornalística deve ser plural e não-submetida a poderes ou a monopólios detentores de poder, pois possuem valioso papel nas relações sociais e no seu entendimento sobre o que está acontecendo no mundo.

“Lemos, ouvimos e vemos as notícias diariamente porque elas orientam, primordialmente a nossa vida prática, os nossos comportamentos, as nossas preferências, os nossos gostos, as nossas decisões de todo tipo. As notícias são, assim, experiências diárias de conhecimento prático primordial essencial para os indivíduos nas sociedades contemporâneas”. (MOTTA, 2005, p. 2).

Historicamente, a informação significa poder (JORGE, 2008, p. 4). Desde a antiguidade até o mundo contemporâneo a informação foi utilizada como forma de controle e influência – exemplo disso foram os governos totalitários –, mas em outros momentos, também foi ferramenta de liberdade e independência – como a Primavera Árabe⁹. Logo, de qualquer forma, a informação permite uma grande influência nas mãos de quem a produz e deve ser usada com responsabilidade.

1.2 BALANÇO ENTRE A RELAÇÃO DO JORNALISMO E SOCIEDADE BRASILEIRA

Com esse cenário, para entendermos como a atividade jornalística está sendo entendida pela sociedade brasileira foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa com intuito de detectar o grau de confiabilidade do leitor, ouvinte e telespectador aos meios de comunicação em massa e sua opinião sobre como ele está sendo feito.

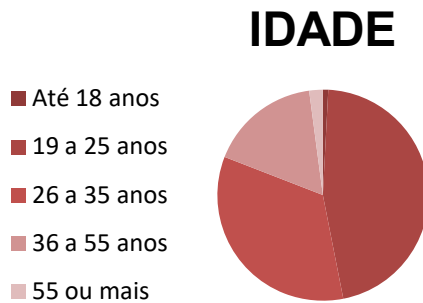
A pesquisa foi realizada entre os dias 24 e 28 de outubro de 2018, com a participação de 240 pessoas, por plataforma online. O questionário iniciava perguntando a idade do público atingido, por qual veículo a pessoa mais se informava, seguido de grau de confiança que o leitor, ouvinte ou telespectador possui dos principais meios de comunicação em massa existentes atualmente. Para finalizar no questionário havia um espaço onde a pessoa podia escrever livremente sua opinião sobre o jornalismo brasileiro e responder o quanto a pessoa entendia o que acontece na política brasileira através da sua produção.

O questionário foi distribuído por link via redes sociais e whatsapp. Durante a distribuição, alguns pontos foram atentados para que a pesquisa atingisse seu objetivo: que ela alcançasse diferentes classes sociais e níveis de escolaridade. Esse cuidado foi importante, pois a pesquisa busca avaliar o grau de confiança da sociedade em massa quanto aos veículos, sem especificar nichos específicos.

A primeira pergunta obteve o resultado de que os jovens foram o principal público a responder a pesquisa, 46% do público possuía 18 a 25 anos, seguido de

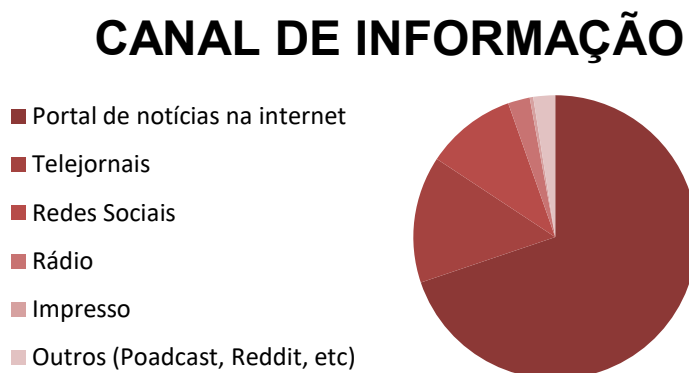
34% de 26 a 35 anos e 17% de 36 a 55 anos. Apenas 7 pessoas fora desses nichos foram alcançadas com a pesquisa.

Gráfico 1: Idade do público alcançado com a pesquisa



Após detectar a idade do entrevistado, a pesquisa questionou sobre a partir de qual veículo de comunicação ele procura se informar mais. Nessa resposta, 70% dos questionados responderam “Portal de Notícias na Internet”. Com essa informação já constatamos algo importante: a internet tomou um grande espaço na vida do leitor na hora de se informar.

Gráfico 2: Meio de comunicação em que o entrevistado mais se informa



Esse gráfico apresenta resultados muito importantes para este trabalho. Por atingir um público mais jovem, com toda certeza, obteríamos um maior nicho que se informa pelos portais de notícia na internet, porém, esse número excedeu o esperado, deixando uma enorme margem entre o seu segundo posicionado, que são os telejornais com 14,5%.

Esses números demonstram que, cada vez mais, a internet se tornou o principal canal de comunicação com o leitor, indiferente da sua idade.

Por mais que grandes veículos que fazem parte do monopólio das mídias também estejam presentes nessa parcela, na internet temos uma maior democratização do espaço e, por consequência, uma maior pluralidade de informações que não se encontram nos meios tradicionais, como portais online de jornalismo independente, alguns mais informativos, outros críticos e de opiniões com diversos posicionamentos, especialistas etc.

Esse contato com a pluralidade de informações na internet explica o movimento que tende para uma maior crítica ao conteúdo das televisões, jornais e rádios tradicionais, pois com a possibilidade de enxergar outras formas de exposição da informação, o ouvinte, telespectador e leitor puderam perceber com mais clareza a parcialidade dos veículos tradicionais.

Esse resultado também pode ser comprovado com as respostas obtidas no espaço de exposição da sua opinião deixado no questionário. Das 72 pessoas que optaram por utilizar esse espaço, 58 reclamaram sobre manipulação da informação e parcialidade a favor dos detentores de poder. Algumas respostas obtidas:

“Acho que o problema dos grandes veículos de comunicação é a parcialidade com que eles apresentam suas informações, em manchetes e chamadas, por exemplo. Mas não comprometem em relação à credibilidade do que é apresentado, pecando só na forma como apresentam”.

“Na minha opinião, o jornalismo brasileiro, não passa uma informação imparcial mostrando apenas fatos, pelo contrário, falam sobre suspeitas e muito “achismo” eles colocam suas ideias pessoais nas matérias e informações”.

“Receio de ser manipulada por conta de algum interesse superior”.

“Infelizmente dá pra perceber que tem mídia parcializada em alguns casos, na área da política”.

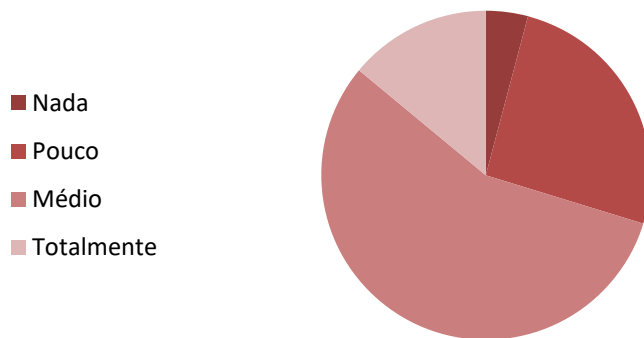
“Sou da opinião que determinados jornais “puxam sardinha” sempre para algum lado, por isso não se dá pra confiar totalmente e nem entender a real situação da política, já que muitas vezes só passam na televisão, por exemplo, o que lhes convém, dando mais ênfase em determinados assuntos do que em outros que seriam de grande importância também”.

Por mais que a pesquisa tenha obtido muitas críticas, principalmente em relação a parcialidade do telejornalismo brasileiro, muitos reconhecem que o problema está na forma que é exposto, ou seja, a credibilidade do conteúdo do jornalismo não foi tão impactada, mas sim a intenção das emissoras com aquela forma que a informação está sendo veiculada.

Esse resultado também pôde ser comprovado com a terceira pergunta do questionário, onde é avaliado o nível de confiança dos telespectadores aos principais telejornais da televisão aberta brasileira.

Gráfico 3: Confiabilidade do telespectador aos principais telejornais brasileiros na TV aberta

CONFIABILIDADE DO TELESPECTADOR NOS PRINCIPAIS TELEJORNALIS BRASILEIROS



Mais da metade (56%) dos entrevistados confiam medianamente nos telejornais tradicionais, os que confiam pouco (25,6%) e totalmente (14%) vem atrás. Com esse gráfico, observa-se que o brasileiro está com um grau de desconfiança considerável referente ao conteúdo exibido, mas ainda não desconfia totalmente mesmo reconhecendo sua parcialidade.

Em junção com as respostas dissertativas, entendemos que grande parte dos entrevistados ainda tem esperança no jornalismo dos veículos tradicionais, mas reconhece que ele esteja sobre grande influência de outros interesses e vive uma grande instabilidade com a explosão da internet.

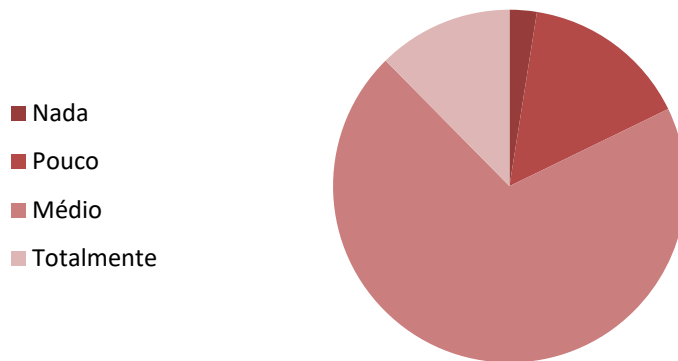
Em junção com algumas respostas, entendemos que a parcela de confiança que se manteve dos telespectadores ao canal é devido à credibilidade das informações:

“O jornalismo tradicional, apesar de as vezes ser tendencioso, ainda nos informa com dados fidedignos. Ao contrário do que acontece nos aplicativos de mensagens, aonde as fakenews dominam e acabo por ver os malefícios que estão causando”.

“O jornalismo no Brasil possui alta qualidade, com grandes nomes em diversos cenários (esportes, atualidades, política, moda...) porem também vemos uma mídia que é tendenciosa, tende a convencer ao invés de apenas informar e muitas vezes são motivadas pelo interesse de poderosos como políticos e grandes empresários”.

Gráfico 4: Confiabilidade nos principais portais de notícias online

CONFIABILIDADE DO TELESPECTADOR NOS PRINCIPAIS PORTAIS DE NOTÍCIAS ONLINE



Quando realizamos a mesma pergunta, mas referentes aos veículos tradicionais como Folha de São Paulo, Estadão, G1 etc na sua versão online, o nível de confiabilidade aumenta.

Para um de nossos entrevistados, isso ocorre devido a disponibilidade de ver comentários e opiniões de outras pessoas no conteúdo online. Essa discussão proporciona, mais uma vez, a pluralidade não encontrada nas televisões, por exemplo.

Concluindo, observa-se que o nível de desconfiança do leitor, telespectador e ouvinte ao conteúdo veiculado nas mídias tradicionais é muito considerável e que, o jornalismo tradicional brasileiro se descaracterizou totalmente da sua essência de informar com imparcialidade, neutralidade e objetividade.

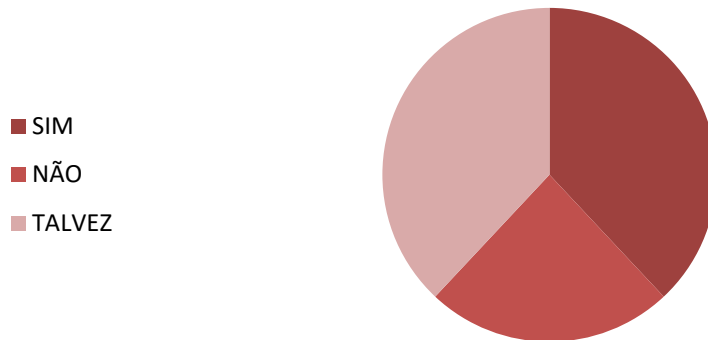
Esse processo de descaracterização derivou do surgimento de um jornalismo de mercado, que se submeteu a um poder concentrado no Brasil, que são as 5 famílias citadas no tópico 1.1, perdendo assim também sua pluralidade.

Em contrapartida, a internet inseriu outras formas de comunicação e possibilitou que a sociedade enxergasse essas mazelas do jornalismo tradicional. Porém, também trouxe problemas com a explosão de informações produzidas sem um adequado processo jornalístico e das *fakenews*.

Para fechar, também perguntamos no questionário quanto ao entendimento sobre os acontecimentos políticos brasileiros pelo jornalismo brasileiro, indiferente da plataforma.

Gráfico 5: O quanto o brasileiro entende sobre política a partir do jornalismo brasileiro.

COMPREENSÃO DOS ACONTECIMENTOS POLÍTICOS ATRAVÉS DO JORNALISMO



Compreendendo que, o jornalismo é uma forma de manutenção da democracia e é responsável também por criar uma ponte entre os acontecimentos e decisões políticas e os cidadãos, o resultado obtido que se pode observar no gráfico, demonstra que, além de não transmitir mais confiança ao leitor, o jornalismo no Brasil não está cumprindo com suas funções.

Menos da metade dos entrevistados entendem o que acontece na política brasileira através do jornalismo, uma das funções básicas da essência da atividade. Isso ocorre devido a fatores já citados no texto, como por exemplo, a parcialidade e a falta de neutralidade em seu conteúdo. Mas, também deriva da falta de valor a educação política brasileira.

O jornalismo não está cumprindo o seu papel de produzir cidadãos. Com o formato existente, muitas vezes, ele apenas está manipulando suas informações e criando realidades que favorecem os seus interesses políticos. E muitas vezes, não é de interesse político que a sociedade entenda o que realmente acontece dentro do sistema político brasileiro.

Identificamos assim, o problema que essa monografia irá trabalhar, qual seja, a de verificar se o Portal Politize contribui para fornecer informação capaz de tornar mais compreensível a política brasileira.

1.3 IDENTIFICANDO O PROBLEMA

Com esses dados e análises em junção com a base teórica apresentada pode-se concluir alguns fatos quando tratamos de jornalismo brasileiro.

O jornalismo moderno nasceu como ferramenta de contribuição com a manutenção da democracia, prevalecendo a verdade e defendendo o direito que todos tenham acesso a informação. A produção jornalística pode contribuir na manutenção da democracia a partir do combate ao analfabetismo político, ensinando e informando como funciona a máquina pública brasileira, assim como, informar sobre o que acontece na política brasileira de maneira mais imparcial e objetiva possível, para que a partir desse conhecimento obtido, a sociedade possa agir qualificadamente no seu papel de cidadão.

Inicialmente, entende-se que a atividade jornalística nunca conseguirá ser totalmente imparcial, pois é produzida por seres sociais, que convivem em uma sociedade e em relações humanas. O simples ato de escolher entre duas palavras sinônimas ou entre duas opções de fonte, a produção não está sendo parcial.

Por isso, com base nas teorias criadas no século XX, o jornalismo criou ferramentas para manter o máximo possível de verdade e transparência. E ao longo da história, também se posicionou como um importante fator nas relações políticas das sociedades, assumindo seu papel de ponte entre cidadão e a política na sua função de mantenedor da democracia e liberdade de expressão. Até aqui, tudo certo.

Todavia, com o desenvolvimento tecnológico e a expansão do sistema capitalista, a atividade teve que se adaptar, chegando à quarta fase do jornalismo a qual Marcondes (2000) relata ser o jornalismo de mercado.

No jornalismo de mercado, a sua produção é submetida aos interesses de quem detém o poder. No Brasil essa situação foi agravada com a concentração de mídias, trazendo a falta de pluralidade e a submissão dos veículos a poucas parcelas detentoras de poder.

Essa submissão tornou o conteúdo cada vez mais tendencioso e o seu caráter de educador político começou a se perder.

Com o advento da internet e a democratização do espaço, onde qualquer um pode abrir uma página e escrever sobre assuntos diversos, ficou mais clara a parcialidade do jornalismo tradicional e a sociedade percebeu essa transformação. Com isso, hoje, o jornalismo vive uma crise onde as pessoas não confiam em seu trabalho e buscam outras formas de se informar, que nem sempre são de confiança.

Isso aconteceu pelo fato dos leitores começaram a ter contato com outros posicionamentos e ter acesso a uma maior pluralidade de ideias e, por

consequência, começaram a questionar o conteúdo que recebem pelos veículos tradicionais.

Entretanto, essa democratização do espaço permitiu que qualquer pessoa escrevesse, sem possuir a mesma credibilidade e seguir critérios importantes da teoria do jornalismo para produção de conteúdo, ou seja, a desvalorização da produção jornalística começou a ser aceita pelo desgaste causado pelas mídias tradicionais, causando uma explosão de informações falsas.

Em resumo, identificamos que o jornalismo perdeu ao longo da comercialização da sua produção o seu caráter inicial, de por meio da informação, educar e informar para que o cidadão cumpra seu papel com eficácia. Concomitantemente a isso, também perdeu a confiança do leitor, pois o mesmo percebeu sua parcialidade com a possibilidade de enxergar novas ideias com a internet, ponto que também causou a explosão de notícias falsas e de desinformação.

Logo, temos a falta de confiança do leitor e a forma como o conteúdo jornalístico está sendo produzido como problemas identificados. A partir disso, essa pesquisa tenta, a partir do que sobrou de credibilidade, apresentar uma nova forma de jornalismo que possibilitaria o resgate com sua essência de ferramenta de manutenção da democracia e, por consequência, o restabelecimento da confiança leitor-veículo.

Para chegarmos a isso, este trabalho fará uma contextualização com o resgate da história política brasileira do fim do regime militar até ao Governo Temer, para poder analisar conteúdos de um portal sobre esse governo e apresentar uma saída frente a tal problema.

2. RESGATE HISTÓRICO DA POLÍTICA BRASILEIRA

Para entendermos a importância do jornalismo na contribuição para manutenção da democracia é necessário entender como esse sistema funciona no Brasil. Para isso, esse capítulo busca fazer um resgate histórico nos últimos governos e acontecimentos políticos para compreendermos como o modelo político adotado se desdobrou aos longos dos anos.

Após a Ditadura Militar, a constituição de 1988 estabeleceu um sistema político para o Brasil caracterizado por ser um regime republicano federativo, presidencial assentado numa democracia pluripartidária, que teria como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. A grande novidade da Carta Magna foi definir que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição. Na prática isso significa que se define a eleição como instrumento soberano, para garantir o exercício da democracia via eleição dos representantes do povo, que irão estabelecer as leis e normas uma vez que chegam ao Congresso Nacional.

Sem aprofundar a análise, mas observando essas afirmações constitucionais, não seria errado imaginar que pela primeira vez, no âmbito da legalidade, se desloca o poder de decisão para o povo, daí se explica o porquê essa constituição ser denominada de constituição cidadã. Inclusive prevê a participação direta da população por meio de apresentação de projetos, além de estabelecer no artigo 5º uma série de direitos, que se cumpridos, teriam tornado o país um modelo econômico, político e social tão avançado quanto os denominados mais desenvolvidos nas questões sociais.

Entretanto, entre o que estabelece a Constituição e o que de fato ocorreu nem sempre caminhou de forma harmônica. Basta olhar os debates originados pela disputa presidencial de 2018 para detectar sinais que evidenciam lacunas e situações críticas, que colocam em xeque os direitos anteriormente citados. A título de exemplo citamos alguns dados extraídos de diversos meios de comunicação e que revelam essa situação: crise e ceticismo na democracia, pluripartidarismo excessivo, descrédito do judiciário, perda de legitimidade do legislativo. O ICJBrasil (Índice de confiança da população nas Instituições) publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), referente ao primeiro semestre de 2017, já pontava para essa situação crítica

Os dados coletados no primeiro semestre de 2017 revelam dois resultados importantes: (i) a queda na avaliação da Justiça, uma vez que o ICJBrasil e os seus subíndices apresentaram uma redução significativa em comparação com anos anteriores; e (ii) a queda na confiança da população brasileira em praticamente todas as instituições avaliadas, com destaque para a drástica redução no grau de confiança dos entrevistados no Governo Federal, no Ministério Público e nas Grandes Empresas. Esse cenário de baixa confiança nas instituições revela a insatisfação da população com os acontecimentos recentes de corrupção e de falta de respostas satisfatórias às suas demandas. A queda na confiança, como se verá mais adiante, afeta os três Poderes da República e a sua relação com o Estado Democrático de Direito. (RELATÓRIO ICJ BRASIL, 2017)

Para os fins deste capítulo tentaremos justificar como é que chegamos tal situação tomando como referência, justamente, a denominada redemocratização com a publicação da constituição de 1988, como alavanca da implementação da democracia no país. Entre as muitas opções que poderíamos seguir, decidimos tomar como parâmetro o embate entre o denominado modelo ortodoxo e heterodoxo, tal como proposto por Etelbelto Cruz (2010). Para ele, ortodoxo ou monetarista, pode ser visto o modelo que privilegia a não interferência do estado na economia dando mais ênfase à liberação e a atuação da livre iniciativa. Contrariamente os heterodoxos ou desenvolvimentistas, tentam envolver o Estado na solução dos problemas sociais ao mesmo tempo em que defendem o desenvolvimento de políticas públicas para combater as desigualdades.

No Brasil esses dois modelos se enfrentam desde o início da denominada Nova República e permanece até os dias atuais. Destacamos que não existem modelos puros, sejam ortodoxos ou heterodoxos, mas sim alguns mandatários optaram, preferencialmente, por um ou outro. Assim, se pode falar que Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer se aproximam da ortodoxia, enquanto que Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff caminham com o modelo contrário. A seguir especificamos mais detalhadamente como isso aconteceu.

2.1 OS PRIMEIROS PRESIDENTES ELEITOS POR VOTO DIRETO E OS MODELOS ORTODOXOS BRASILEIROS

Fernando Collor foi o primeiro presidente eleito democraticamente após o regime militar e herdou do governo Sarney uma situação econômica muito delicada manifestada na alta inflação que chegava aos quase 1764% ao ano. Collor decidiu combater o problema por meio do denominado Plano Collor, que previa medidas como poupança retida para quem tivesse depósitos acima de 50.000 cruzeiros

novos (equivalente a R\$5 a 8 mil reais), mudança da moeda de cruzados novos para cruzeiros, início do processo de privatização de estatais, reforma administrativa com o fechamento de ministérios, autarquias e empresas públicas, demissão de funcionários públicos, abertura do mercado brasileiro ao exterior com a extinção de subsídios do governo, flutuação cambial sob controle do governo.

Embora tivesse conseguido diminuir a inflação no primeiro mês, nas semanas seguintes os preços continuariam a aumentar e os salários a diminuir. Também por medida provisória publicada em 1º de fevereiro de 1991, o presidente instituiu mais normas econômicas que seriam conhecidas como o Plano Collor 2. Dentre elas merecem destaque: o aumento de tarifas públicas para os Correios, energia e transporte ferroviário, fim do *overnight* e criação do Fundo de Aplicações Financeiras (FAF), criação Taxa de Referência de Juros (TR).

Observam-se algumas medidas de claro teor ortodoxo como as privatizações, a reforma administrativa destinada a diminuir o funcionalismo público e o consequente gasto com funcionários e abertura do mercado interno para o comércio exterior.

Quanto ao serviço público, surgiu no período o termo marajás, que remetia aos servidores públicos que acumulavam salários e benefícios extras. Neste contexto, nascia na sociedade a desconfiança pela máquina pública, sentimento que seria alimentado, futuramente, por grandes escândalos políticos de corrupção no Brasil. No entanto, foi caçado e sofreu processo de impeachment devido a corrupção de seu governo.

O irônico desta história burlesca de Collor é que, em nome do combate os marajás e ao “Estado-elefante”, seu governo foi marcado pela maior corrupção de todos os tempos no país e pela tentativa de usar o poder estatal para ampliar os tentáculos privados de seu grupo político. (ABRUCIO, 2007, p.70)

O processo de impeachment foi instaurado devido a uma denúncia de Pedro Collor, irmão do até então presidente, onde o acusava de envolvimento em transações financeiras fraudulentas.

Nesse acontecimento, pode-se observar que em menos de 10 anos do fim da ditadura militar e da redemocratização do sistema político brasileiro já nos encontrávamos em uma crise, onde um presidente eleito pelo voto direto renuncia seu cargo devido ao processo de impeachment. A instabilidade política na recente redemocratização já demonstrava que o sistema possuía falhas.

Com a saída de Collor, o seu vice-presidente, Itamar Franco assume a presidência. Ele assumiu o país em uma crise política e usou as coalizões para superar isso. Em 1993 também foi realizado um plebiscito, previsto pela Constituição de 1988, para definir o sistema e a forma de governo, aonde se chegou à república presidencialista.

Economicamente, o Brasil estava em caos. A inflação estava em por volta de 30%, inibindo investidores e deixando a vida do brasileiro precária. Para solucionar esse problema, Itamar convidou para Ministro da Fazenda o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que elaborou o Plano Real.

O plano real entrou em vigor em julho de 1994 e colocava o real como a moeda brasileira. Em junção a essa mudança, a redução de gastos públicos foi uma maneira de tentar controlar a crise que o Brasil vivia, assim, a política de privatizações foi implantada. Nesse momento, observamos que o Brasil mantinha a política ortodoxa já iniciada no governo de Collor, principalmente devido as privatizações.

Esse plano econômico conteve a inflação e o brasileiro voltou a consumir. Com isso, FHC começou a obter grande popularidade que resultou em sua candidatura e vitória para presidente.

Fernando Henrique Cardoso, que assumiria a presidência em 1995, teve um dos governos mais significativos para a história da democracia brasileira. FHC criou o Ministério da Administração e Reforma do Estado, que originou a Reforma Bresser, que trouxe grandes mudanças para o Brasil.

Foi na Reforma Bresser que as atuais Parcerias Público-Privadas (PPPs) ganharam espaço, além disso, foi nessa reforma que ocorreu uma reorganização administrativa no governo federal e mudanças significativas no âmbito legal e na economia. Entretanto, Abrucio (2007) defende que falhas também foram deixadas por essa reforma.

O projeto da reforma Bresser deixou de incorporar outros setores essenciais da União, fundamentais para que ela atue como reguladora, avaliadora e indutora no plano das relações intergovernamentais. Dois exemplos revelam bem o problema da definição restrita feita pelo plano diretor: a função de defesa agropecuária e a tarefa de proteção do meio ambiente, que ficaram de fora da proposta original. (ABRUCIO, 2007, p. 74)

O alinhamento ao neoliberalismo, privatizações e a busca pelo Estado-mínimo caracterizaram o governo de FHC como ortodoxo. Esse cenário permitiu a

estabilização do Plano Real e o controle da inflação, principalmente, pela entrada do capital financeiro internacional. Entretanto, esse modelo também trouxe o aumento de juros e políticas de investimentos de importação causaram o fechamento de muitas empresas e um alto nível de desemprego.

Nesse cenário, FHC se reelege como presidente. No seu segundo mandato, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que propunha a universalização do ensino básico e que tinha sido implementada em 1996, reduziu o analfabetismo e a evasão escolar. A redução significativa da mortalidade infantil também foi uma grande conquista de seu governo.

Em 2000, uma nova política foi instaurada, a Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada com o intuito de definir o limite de gastos dos estados e municípios conforme a quantidade de tributos arrecadados por esses entes da Federação Brasileira. Com essa atitude, a Lei de Responsabilidade Fiscal buscava criar uma condição de equilíbrio orçamentário, financeiro e fiscal, medida claramente ortodoxa pois, no final das contas queria que o Estado não gastasse mais do que arrecadava.

Todavia, o desemprego e situações como a seca nas usinas hidrelétricas, que causou um apagão no Brasil, fizeram com que a popularidade de Fernando Henrique caísse consideravelmente, abrindo espaço para Luis Inácio Lula da Silva acender nas eleições de 2002.

2.2 A CHEGADA DOS GOVERNOS HETERODOXOS

Com mais de 61% dos votos, Luiz Inácio Lula da Silva assume o governo federal em 2003. Começava ali um momento que marcaria a história da política brasileira, o governo PT. Formado por 2 mandatos de Lula e 1 e meio de Dilma Rousseff, o governo petista trouxe mudanças e polêmicas significativas para a política do Brasil.

Advindo da classe dos trabalhadores, o governo Lula foi caracterizado por tirar milhares de pessoas da pobreza com programas sociais, mas também veiculou seu nome a um sistema de corrupção que o levou à cadeia em 2018, enriquecendo sentimento “antipetista”, que a mídia e a elite já vinham construindo desde sua eleição em 2003.

O governo Lula assumiu o Brasil em um momento que o Estado-mínimo, centralidade do mercado, desigualdade e desemprego caracterizavam a economia

do país. Naquele momento, o país estava vivendo um descontrole macroeconômico com a depreciação do real, 12,5% de inflação no ano de 2002 e queda da entrada líquida de capital externo.

No quesito da economia, Lula transformou o cenário nos 8 anos de seu governo. Com a tática de distribuição de renda a partir programas sociais, como exemplo o Bolsa Família e o aumento do salário mínimo, o ex-presidente conseguiu inserir mais pessoas na sociedade de consumo em massa e assim expandiu o mercado interno, que trouxe em conjunto com outras escolhas, a estabilidade macroeconômica.

Essas características iam contra o Estado-mínimo que prevalecia no país desde o Governo de Collor, mudando os rumos para um modelo heterodoxo, que permite que o Estado influencie e atue com programas sociais para modificar esse cenário.

Alguns exemplos de ações heterodoxas referentes a esse governo são Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Bolsa-Família, FUNDEB, SISU-ENEM-FIES, Minha Casa Minha Vida, Luz para Todos. Estes foram fundamentais para o sucesso e a reeleição do governo até as eleições de 2014, pois proporcionou acessibilidade e uma crescente nivelção entre as classes sociais a partir da assistência social e educação.

“Assim, para Singer, o governo Lula, embora tenha abandonado a retórica anticapitalista dos primeiros anos do PT, ao longo do governo mudou a hierarquia das prioridades governamentais e consolidou um projeto nacional-popular de forte intervenção do Estado na economia.” (GUILHERME, 2017, p. 5)

É importante ressaltar que, o Governo Lula foi tão marcante, que alguns autores conceituam o termo Lulismo para marcar a época. André Singer, refere-se a Lulismo como:

“A orientação política adotada pelos governos Lula que, ao manter o tripé macroeconômico herdado do governo FHC e diante de conjuntura econômica favorável, permitiu a adoção de medidas que reduziram a pobreza e ativaram o mercado interno sem confronto com o capital financeiro ou industrial.” (GUILHERME, 2017, p 2 *apud* SINGER)

Todavia, mesmo com avanços e um não esperado sucesso do governo petista, a oposição não abriu mão de continuar agindo e desconfiando das políticas heterodoxas. Desde a chegada ao poder do PT, a mídia em união com elite

conservadora mantinha a crítica e a desconfiança. O modelo heterodoxo não agradou a concentração de poder.

A relação instável entre imprensa e Lula também demarcou esses anos. A contínua recusa do presidente a entrevistas e a “troca de farpas” fez criar uma relação instável, pautada a muitas críticas. Uma das situações que permitiu isso foi em sua posse, onde Lula apenas concedeu entrevista para a Rede Globo (Jornal Nacional e Fantástico) e a jornais internacionais, como o The New York Times. Neste contexto, a mídia passou a desconfiar do discurso do presidente e evidenciar isso em seus conteúdos.

Mas isso não era nem a ponta do iceberg. Os escândalos de corrupção se tornaram comuns nos jornais diários e se assumiu a base da crítica ao governo.

Começou em 2005, quando foi descoberto o Mensalão, escândalo que consistiu nos repasses de fundos de empresa para o Partido dos Trabalhadores (PT) para conquistar o apoio de políticos, que deu abertura a desconfiança da população aos petistas.

Porém, essa era apenas o começo de contínuos escândalos envolvendo membros do PT, como a cassação de José Dirceu, braço direito de Lula, por quebra de decoro em 2015 e em 2012 sua prisão, junto com Delúbio Soares e José Genoíno por corrupção ativa e formação de quadrilha, cenário que já antecipava a prisão do ex-presidente.

Antes de explodir esse caos já sendo anunciado, o Brasil teve o mandato de Dilma Rousseff. Primeira presidente mulher do Brasil, já havia sido ministra da Casa Civil e de Minas e Energia. Em sua primeira candidatura, indicada para dar continuidade ao trabalho de Lula, Dilma ganhou de seu concorrente José Serra (PSDB) por 56% dos votos válidos.

O governo de Dilma manteve as características do governo do seu antecessor com os programas sociais, ou seja, dando continuidade ao modelo heterodoxo, o que continuou desagradando muitos.

A crise política foi o principal marco do seu governo. Tudo começou no segundo mandato e terminou com o seu impeachment em 2016.

O impeachment que, judicialmente foi causado por pedaladas fiscais, também foi resultado da crise política de seu governo. E esta, foi o resultado de diversos fatores, são eles: a crise econômica mundial, não aceitação dos bancos a redução de juros, jornadas de junho de 2013, não aceitação da oposição com o resultado das

eleições de 2014, Operação Lava-Jato, monopólio da mídia e articulações no Congresso Nacional. Mas, basicamente, Dilma comprou briga com as elites do poder. Para Guilherme (2017, p. 8), “Dilma tensionou o pacto lulista”.

O impeachment de Dilma Rousseff foi taxado pelos seus opositores como golpe, pois além de questões jurídicas, aconteceu por questões políticas e econômicas, que não se pode esquecer que, como defende Guilherme (2017), um golpe é sempre “uma fraude bem perpetrada dos donos do dinheiro, que são os reais ‘donos do poder’” (GUILHERME, 2017, p. 3 *apud* SOUZA, 2016:12).

O governo do PT, como já citado, nunca recebeu o agrado da elite conservadora e dos detentores do poder econômico brasileiro e, com isso, uma articulação política já era esperada após a derrota do PSDB em 2014. Entretanto, mas justificativas ainda precisavam ser encontradas. Na verdade, o que se planejava era “convencer” a população de tal forma que o impeachment parecesse ser um pedido do povo. E foi o que de fato aconteceu.

Contextualizando a crise política que permitiu o golpe, economicamente, o mundo passava por uma recessão mundial e o Brasil não conseguiu escapar aos desdobramentos da mesma. Na tentativa de reverter tal problemática, a presidenta fez escolhas que desagradaram muitos, como a redução de juros, que além de provocar altas críticas, não foi eficaz para combater a crise vivenciada pelo Brasil.

Internamente Dilma também teve problemas, desagradou membros do seu partido com certas decisões, como por exemplo, a escolha do presidente da Petrobras, onde não indicou nenhum dos nomes que Lula aconselhou, além de algumas nomeações para ministros duvidosas de serem alinhados com as práticas heterodoxas. Também estourava a Operação Lava-Jato nesse momento, onde diversos nomes petistas e de suas alianças surgiam envolvidos e, conforme a investigação caminhava, ocorria um esvaziamento da base aliada o Congresso e a falta de confiança no PT só aumentava.

Quanto às consequências do esvaziamento da base aliada no Congresso, de acordo com Palermo (2000, p. 3), esse problema deriva do sistema político fragmentado, que dispersa o poder. Sem política de coalizão e alianças políticas, o presidente não consegue governar.

“O sistema político brasileiro é caracterizado em muitas análises que se dedicam a ele, assim como em grande parte da literatura comparada, por um desenho institucional de baixa eficácia quanto à decisão e implementação de políticas públicas, em outras palavras, como se

padecesse de um sério problemas de ingovernabilidade (Lamounier, 1994; Mainwaring, 1991; 1997; Sartori, 1994; Mainwaring e Shugart, 1997; Shugart e Carey, 1992). Frequentemente nas análises comparativas aparece como um caso extremo: entre os que está na raiz dos problemas de consolidação democrática (p. ex. Stepan, 1999). O cere da questão, segundo este ponto de vista, é que diversos fatores institucionais se reforçam entre si para “dispersar ainda mais poder em um sistema fragmentado” (Mainwaring, 1997). Haveria um “consociativismo exagerado” do sistema político, porque este combina alta fragmentação partidária com baixa disciplina dos partidos na arena parlamentar, produzindo um sistema mais propenso ao veto que á tomada de decisões”. (PALERMO, 2000, p. 3)

A relação com o PMDB também foi protagonista no golpe. A escolha por isolar seu vice Michel Temer (PMDB) e a disputa com Eduardo Cunha (PMDB), presidente da Câmara dos Deputados, não foi saudável para seu governo.

A aliança com o PMDB era um importante fator no cenário político. O Movimento Democrático Brasileiro, partido que praticamente todos os tradicionais políticos que viveram a oposição a ditadura já teve envolvimento, sempre esteve no poder, mas nunca eleito pelo povo. Conhecido por sua falta de confiança, Vera Chaia, professora de política da PUC-SP disse em uma entrevista a BBC em 2016, que um dos principais erros de Dilma foi delegar poder de mais ao PMDB.

“O pemedebismo atua no objetivo da chantagem política ao presidente: troca-se votos no parlamento por verbas, cargos ou vale-se da corrupção direta. Qualquer parlamentar pode aderir ao bloco pemedebista no parlamento, e a depender do espaço conquistado nele, ganhando assim a prerrogativa de liderá-lo ou vetar outras iniciativas.” (GUILHERME, 2017, p. 3)

O PMDB ganha na necessidade de alianças políticas, que sistema político atual cobra dos seus governantes por eleger uma bancada numerosa de deputados. Sistema esse onde a dispersão do poder decisório não combina com o sistema partidário fragmentado, tornando cada vez mais difícil governar.

“[...] a dispersão do poder decisório cria no Brasil problemas de governabilidade tendencialmente insolúveis, tem, então, um problema analítico sério: ela não pode dar conta satisfatoriamente do processo político”. (PALERMO, 2000, p. 5)

Essa aliança com o PMDB não foi novidade do governo Dilma, Lula já havia abraçado a ideia após o escândalo do Mensalão e, por um grande período, os peemedebistas colaboraram muito, principalmente na diminuição da oposição, facilitando os processos burocráticos do governo. Essa relação se fortaleceu até a indicação do Temer como vice, àquele que seria o nome do golpe.

“A escolha feita pelo PMDB do nome de Michel Temer para compor chapa com Dilma Rousseff em 2010 foi o preço pago pelo PT pelo o apoio do pemedebismo ao longo dos governos Lula. Temer foi várias vezes presidente do partido e da Câmara, bem como o principal articulador do PMDB no governo FHC e Lula. Ele foi um verdadeiro líder do bloco pemedebista no Congresso⁸. No calor daquele momento, um historiador já alertava que “a aliança do PT-PMDB pode se tornar desastrosa num governo Dilma em que Michel Temer venha a ocupar o cargo de vice-presidente” (ALENCASTRO, 2016:21).” (GUILHERME, 2017, P. 6)

Entretanto, a característica principal do PMDB é ser “lobista dos empresários”, logo, essa aliança foi de atuação duvidosa. O PMDB agiu como um freio dentro do programa do PT às reformas Lulistas, sendo aquele que se infiltraria no governo mais voltado para práticas liberais-sociais para proteger os interesses dos empresários. Para Guilherme (2017, p. 7 *apud* SINGER, 2012:217), não havia coerência entre os programas do PT e PMDB para ter essa união.

Crise econômica, PT em crise, alianças duvidosas, elite econômica com forte oposição e para completar, a cereja do bolo, a imprensa entrou em ação.

Como já foi falado, a imprensa nunca manifestou em seu conteúdo apoio ao governo petista. Já perdendo o eixo da neutralidade e tendendo sempre ao centro-direita e aos interesses dos mais ricos, os principais veículos de comunicação destrinchavam críticas sempre que possível.

Sua atuação na cobertura do impeachment também foi duvidosa, tendendo a críticas de um lado e acobertando outro. Agiu de maneira parcial e comprovou sua submissão ao mercado e, acima de tudo, foi colocada em cheque sobre o verdadeiro exercício do jornalismo.

Sua forte atuação foi com as jornadas de 2013. Um movimento que iniciou pela esquerda e tomou o Brasil, tornou-se a alavanca do “FORA PT” e a mídia ajudou a consolidar esse discurso.

“Durante anos a grande imprensa brasileira sustentou a narrativa de demonização do Estado¹² e a classe média tradicional acredita que o dinheiro dos seus impostos é que sustenta o “populismo” lulista. Como “não dá para derrubar o governo sem construir um arremedo de ‘base social’ para o golpe” (SOUZA, 2016:54) a cada dia crescia o ataque midiático a qualquer iniciativa do governo Dilma e se consolidava a narrativa de que a classe média tradicional seria a legítima representante dos interesses nacionais contra a corrupção na política.” (GUILHERME, 2017, p. 9)

A mídia junto com a classe-média burguesa, que muito se incomodou com os pobres frequentando shoppings, aeroportos e universidades públicas, abençoaram ao lado do PSDB, que plantou a semente do golpe, o impeachment, que nem sequer

tornou a ex-presidente inelegível, mas a tirou do cargo e tirou o povo junto, com a entrada de Michel Temer.

2.3 O GOVERNO TEMER E O RETORNO DO MODELO ORTODOXO

Michel Temer assumiu a presidência interinamente em 12 de maio de 2016, após o afastamento de Dilma por acusações de pedalar fiscais e em 31 de agosto, com a aprovação do impeachment, foi efetivado como o Presidente do Brasil.

Em sua primeira ação como presidente, Temer preferiu discursar a uma plateia formada por políticos convidados e não ao povo, no parlatório do palácio, como outros presidentes eleitos. Isso já demonstrava o que veríamos: um governo voltado a interesses do poder e não do povo.

“Não fale em crise, trabalhe” foi seu discurso em 12 de maio. Temer assumiu o Brasil em uma situação econômica e política problemática e, aos poucos, regularizou a inflação, tirou o Brasil do fundo do poço na economia, mas também levou a sua rejeição a 82% em junho pois essas possíveis vitórias implicaram em atacar fortemente os direitos da população conseguidos duramente com o passar do tempo.

Temer reassumiu o caráter heterodoxo de governo, que pode ser observado em algumas medidas do governo como a PEC do teto de gastos públicos, que limita os gastos públicos a utilizar o mesmo valor do ano anterior, acrescido pela inflação, por duas décadas. Muito elogiada por economistas por controlar as contas públicas, a PEC pode causar um futuro sucateamento de serviços públicos, prejudicando os mais pobres e fazendo o caminho inverso no combate a desigualdade.

Outra ação que merece destaque, pois ajudou no equilíbrio das contas públicas, foi a liberação de recursos do FGTS e do Pis-Pasep. Em contrapartida, em meio a uma economia fragilizada, Temer sancionou um aumento salarial para o funcionalismo público e preservou subsídios financeiros e desoneração tributária para o setor produtivo – conhecido Bolsa-Empresário.

A Reforma Trabalhista também foi uma das medidas implementadas. Ao alterar mais de 100 pontos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), a reforma flexibilizou as leis de trabalho e alterou processos judiciais. A principal justificativa para a reforma foi que diminuindo encargos, aumentam os empregos. Porém,

também diminuiu os direitos dos trabalhadores, deixando-os mais expostos a abusos trabalhistas.

Para Jesus (2017, p. 4) a intenção do governo Temer é submeter a proteção social dos trabalhadores brasileiros aos interesses do capital parasitário financeiro nacional e internacional.

A Reforma da Previdência, nascida do argumento de ser uma maneira de protegê-la da quebra, muda diversos pontos desde tempo de trabalho a forma de cálculo do benefício. Vale a pena destacar que apesar dos esforços realizados pelo governo Temer, diante das eleições e do medo dos deputados de aprovar medidas antipopulares, a reforma se encontra parada. Mas, de qualquer maneira, as mudanças encaminham cada vez mais longe do social. De acordo com Jesus (2017, p. 5) ela está cada vez mais vinculada à lógica dos “seguros”.

“[...] traduzem o que o governo Temer pretende em relação à previdência brasileira, ou seja, uma política cada vez menos "social" e cada vez mais vinculada à lógica dos "seguros", da mercantilização dos direitos, sua securitização por meio de contrapartidas financeiras prévias onde somente aqueles que pagam por ela farão jus a algum nível de proteção social, indo ao arripio do que foi expresso pela Constituição Federal de 1988 e sua concepção de seguridade social”. (JESUS; 2017, p 5)

Além de medidas econômicas que não agradaram o povo e aumento do desemprego, Temer foi denunciado duas vezes pela Procuradoria Geral da República e foi citado em uma delação da Operação Lava Jato onde uma gravação revela que Temer dá aval para comprar silêncio de Eduardo Cunha.

O seu mandato, e nem as investigações, não acabaram, mas por não termos o nome de Michel Temer nas candidaturas às eleições em 2018, já pode-se anteceder o balanço do seu governo: negativo, que leva consigo o nome de presidente mais impopular da história da democracia brasileira.

CAPÍTULO 3 – JORNALISMO, O PORTAL POLITIZE E DEMOCRACIA

3.1 O QUE É O PORTAL E SUA RELAÇÃO COM O JORNALISMO

Diante do estudo dessa monografia, identificou-se que o jornalismo tradicional perdeu a confiança do seu leitor ao submeter seu conteúdo aos interesses de quem detém o poder. Além disso, nessa submissão, a parcialidade prevaleceu e está cada vez mais perdendo seu foco em ser uma ferramenta na manutenção da democracia.

A manutenção da democracia é feita quando o jornalismo proporciona um conhecimento político ao seu leitor, além de transmitir o que acontece na máquina pública, para que assim, com uma base qualificada, ele possa cumprir com seu papel de cidadão com eficácia.

O jornalismo, ao favorecer um lado, principalmente devido ao jornalismo de mercado e da concentração de mídia no Brasil, deixou de colaborar com a cidadania. Por exemplo, está sendo muito mais importante convencer que X é corrupto em seu conteúdo, do que explicar o processo político que permitiu que X conseguisse atuar dessa forma.

Em paralelo, o cenário político brasileiro viveu altos e baixos desde a redemocratização do país. Nos últimos anos, uma imensa crise política e econômica, causou o impeachment da ex-presidente, assumindo o seu vice-presidente Michel Temer, que como característica de seu governo, instaurou algumas reformas que mudariam fortemente algumas questões no Brasil.

A situação que o Brasil viveu nos últimos anos pediu que os brasileiros estivessem capacitados para entender e tomar atitudes eficazes no seu papel como cidadão.

Entretanto, o cenário foi outro. Em agosto de 2018, foi divulgada uma pesquisa realizada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), que constatou que cada vez os mais jovens eleitores estão mais desinteressados pela vida política, pois o número de eleitores de 16 e 17 anos (que são facultativos) diminuiu de uma eleição para outra. E esse desinteresse, causado pelo próprio desgaste que a política brasileira causou, gera despreparo em decisões.

Dessa necessidade de conteúdo educacional sobre política, já que o jornalismo não estava cumprindo seu papel, junto com a explosão e a instabilidade política no Brasil, que surgiram diversos projetos independentes na internet e um deles foi o Portal Politize.

O Portal Politize é uma startup criada em 2014, por membros de uma rede de líderes associados ao Fórum Econômico Mundial chamada Global Shapers. Funciona como uma plataforma educativa, que usa a informação para gerar conhecimento e despertar as pessoas para os valores democráticos e terem uma nova visão sobre a política, de acordo com seu idealizador Diego Calegari.

Para entender melhor sobre o projeto, para a produção desta monografia foi entrevistado um de seus idealizadores, Diego Calegari. Ele é diretor de Tecnologia e Inovação da Secretaria Estadual de Santa Catarina, graduado e mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Calegari carrega em seu currículo um destacado trabalho envolvendo educação, tecnologia e gestão.

O *insight* para o projeto foi a lacuna no que diz respeito a conhecimento político durante as Jornadas de Junho de 2013. Ali iniciava um movimento importantíssimo, que seria a semente para grandes mudanças no Brasil e muitos jovens, que ali estavam prontos para reivindicar seus direitos como cidadãos, não tinham a bagagem de conhecimento política necessária para seguir em frente, falha que o jornalismo também leva a culpa, pois deixou a desejar no seu apoio a manutenção da democracia, fazendo muitas vezes mais um (dês) serviço no quesito cidadania.

Nesse intuito de ajudar na educação sobre o sistema político, seu funcionamento e promover debates qualificados com resultados eficazes, surgiu uma plataforma online, apartidária com linguagem fácil e descontraída, com acesso fácil por quem desejar ou precisar conhecida por Politize!.

A educação política como primeiro passo para transformar o país foi o impulso para o projeto. O site é uma plataforma online onde você encontra explicações, com uma linguagem muito fácil de ser compreendida, sobre diversos processos envolvidos na vida política brasileira. Explica o que significa cada termo citado nos grandes noticiários, desenvolve de uma maneira conceitual os grandes escândalos políticos e, acima de tudo, combate o analfabetismo político da sociedade.

É importante citar que a plataforma não se considera um canal de jornalismo, pois seu foco é trabalhar conteúdos educativos que envolvem os fatos quentes daquele momento e não relatar o acontecimento.

O combate ao analfabetismo político não vem só de maneira online, o recrutamento de diversos jovens para colaborar com o conteúdo também está abrindo espaço para inserir cada vez mais pessoas no debate e ensinamento

político, pois a plataforma também é alimentada a partir de conteúdo escrito por voluntários de diversas áreas do conhecimento.

Além disso, a partir de seus embaixadores, o projeto também investe em palestras, workshops e trabalhos em escolas para cada vez mais, despertar a vontade de entender sobre os processos políticos brasileiros.

A Politize! recebeu tanto destaque pelo seu trabalho, que em 2014 e 2015 recebeu o prêmio de R\$10 mil de dólares da “Shaping a better future” em Daves, o prêmio escolhe as melhores iniciativas de impacto social.

Os assuntos do portal costumam acompanhar as notícias do Brasil e do Mundo. Ele explica a teoria do que está por trás daquela notícia, por exemplo, “impeachment aprovado pelo Senado” é a manchete, no portal, eles explicam como funciona o processo de impeachment e o que irá acontecer a partir de cada resultado. É educação política para entender o que está acontecendo no cenário nacional e internacional.

O legado do projeto é, principalmente, fazer com que as pessoas tenham ações políticas de forma qualificada para poder exercer seu papel de cidadania.

Em conversa com o idealizador, Calegari concordou que existem ótimos canais, entretanto afirma que a maioria dos jornais não informa o suficiente sobre política, pois muitas vezes se preocupa mais com relatar o fato do que explicar o que está por trás disso, produzindo assim um conteúdo insatisfatório.

Completo dizendo sobre sua visão que o jornalismo tradicional não costuma destrinchar mais do que o simples relato do fato, e quando se preocupa, são rasas e pouco explicativas.

E a Politize! vem para cobrir essa lacuna com um conteúdo de fácil compreensão, com uma experiência de leitura completa com infográficos, vídeos, áudios etc, pluralidade de perspectivas que permite dar segurança ao leitor quanto sua preocupação com a imparcialidade. Além disso, também são utilizadas ferramentas técnicas de marketing digital e de sintonia com a agenda do momento que contribuem para o sucesso do portal.

Calegari também comenta sobre o despreparo da sociedade quando o assunto é política. Para ele, a cultura autoritária, falta de enraizamento da democracia e a baixa compreensão da importância do sistema democrático que vivemos são grandes problemas, que enfraquecem nossos valores democráticos e o pensamento no coletivo.

Completou ainda dizendo que, é necessária a produção de uma educação democrática no Brasil, pois estamos vendo no mundo um retorno de ideias autoritárias e antidemocráticas, então é necessária uma frente de resistência para que o sistema no Brasil não caia, assim como caíram em média 25 desde o início desse século. E não é difícil que isso aconteça, exatamente porque os valores democráticos ainda não se enraizaram no Brasil.

Para isso, a Politize tem planos de expandir o seu alcance como uma organização de comunicação educativa sobre política, diversificando canais, como por exemplo, materiais para televisão e rádio, ir além do Brasil, fortalecer a rede de embaixadores. Possuem um grande projeto de levar educação democrática para os currículos das redes públicas de educação.

O Portal Politize vem cobrindo uma lacuna abandonada pelo jornalismo, que é fortalecer a cultura democrática do Brasil por meio da educação política.

3.2 ANÁLISES DE CONTEÚDO: AS REFORMAS DE TEMER PELO PORTAL POLITIZE

O Portal Politize! carrega em seu conteúdo a imparcialidade, objetividade e a informação como forma de transmitir conhecimento como suas principais características. Tendo em vista que, no mundo ideal da atividade jornalística, a sua produção deveria seguir esses moldes para que fosse possível seguir com seu intuito inicial herdado do Iluminismo, o direito à informação e a busca pela verdade, o conteúdo dessa plataforma deve ser um objeto de estudo para jornalistas que buscam mudar esse cenário.

Essa herança que o jornalismo deveria carregar junto às regras de produção jornalística, seriam grandes ferramentas colaborativas na manutenção da democracia, pois transmitiria conhecimento político e mostraria a partir de seus conteúdos a importância do seu papel na sociedade como cidadão e, por consequência, o analfabetismo político seria reduzido.

Tendo em vista esse cenário em junção a atual situação política brasileira, foram escolhidos 3 conteúdos do portal para serem analisados tomando como referência a análise de conteúdo qualitativo de Bardin. O foco dessa monografia não é a análise literal e total proposta por Bardin, mas sim adaptaremos alguns princípios com o intuito de aferir como o Portal Politize pode contribuir, com seu conteúdo, na

compreensão de fatos políticos as vezes difíceis de serem compreendidos e publicados nos meios de comunicação, especialmente o jornalismo.

A análise busca reconhecer ferramentas na estrutura do material desse portal, que enriqueceria o jornalismo brasileiro, fazendo assim com que ele resgate a confiança do seu leitor e o seu intuito inicial de produção.

Os temas dos conteúdos selecionados também devem receber atenção. A partir do resgate da política brasileira foi possível identificar um governo com grande impopularidade e reformas de grande caráter. Com isso, foi escolhido as matérias que explicam as 3 principais reformas de Temer: ensino médio, previdência e trabalhista.

Para facilitar a análise separamos 3 categorias para serem observadas em cada texto, são elas: linguagem, experiência e conteúdo. A escolha dessas três categorias não é intencional. Optamos por elas por serem essenciais no jornalismo para compreender o conteúdo publicado em matérias jornalísticas. Mesmo sabendo que os textos não são destinados a publicação de jornais, as categorias nos permitirão compreender se eles realmente apresentam as características e conteúdos que permitam sua compreensão de forma mais fácil e, portanto, incrementem a educação política daquele que lê esses textos.

3.2.1 Análise: Como a reforma do ensino médio vai mudar a educação brasileira?

Sendo um dos temas mais polêmicos do Governo Temer, a reforma do ensino médio é um conjunto de novas diretrizes para a atual estrutura do ensino médio, que surgiu como uma Medida Provisória e foi sancionada em fevereiro de 2017. O portal Politize! publicou esse conteúdo em 3 de outubro de 2017.

Partindo das categorias pré-estipuladas para essa análise podemos observar o seguinte:

- LINGUAGEM

A linguagem identificada nesse conteúdo é formal, porém dispensa um discurso preso. Trechos como “Afim, como anda a reforma?” demonstra a preocupação em tornar a leitura mais leve para o leitor tentando atualizar o tema proposto para estudo.

Outra característica presente foram os parágrafos curtos, onde assim como subtítulos, a autora não poupou criando uma estrutura textual rápida, porém sem

perder a profundidade da problemática estudada. Essa ferramenta foi importante para que não surgisse uma avalanche de informações em pouco tempo de leitura. Sua divisão em tópicos facilita o entendimento. Diante do exposto acreditamos que a leitura do texto cumpre pontos importantes como fornecer dados importantes para a compreensão do tema em debate.

- EXPERIÊNCIA

A experiência de leitura é um ponto marcante de todos os conteúdos do portal, cada um utiliza uma ferramenta, tornando a hipermídia uma grande característica.

Nessa matéria foram utilizados 22 hiperlinks, que de certa forma acrescentam muito em um texto, entretanto, em excesso pode dispersar a leitura.

Ainda dentro dessa matéria foi produzido um infográfico muito interessante, em uma arte graficamente bonita e disponível para baixar, o que era e o que mudou com a reforma foi comparado em duas colunas e no final apresentava argumentos de quem defende e de quem crítica. O conteúdo soma muito, pois a leitura de todo o conteúdo pode ser reduzida ao infográfico.

Outro ponto marcante foram tabelas comparativas. Todo o conteúdo que foi, resumidamente, comparado com seu antes e depois no gráfico, foi destrinchado no texto com tabelas. Ou seja, nas duas opções de leitura: completa ou resumida, ficava bem claro as reais diferenças que a reforma ia propor e tinha o apoio de recursos gráficos.

- CONTEÚDO

O conteúdo segue a proposta do Portal: muita objetividade e a busca por um texto direto. Observa-se também um grande cuidado com as palavras para que o conteúdo seja mais explicativo possível, de forma direta e sem muita complexidade.

O primeiro tópico busca resumir o que é a reforma, logo após é apresentado um conteúdo gráfico que resume todas as mudanças e depois é feita uma explicação sobre cada ponto. É uma estrutura bem truncada, onde se percebe um padrão de escrita.

A referência de onde é retirada a informação também sempre é citada no texto, por isso a expressão “De acordo” e sinônimos são muito encontradas.

Um dos pontos de destaque sobre a forma como o conteúdo foi apresentado é que, após a explicação sobre todos os pontos e contrapontos da reforma, a autora apresentou dois tópicos para explicar os lados antagônicos da reforma,

característica que faz grande falta no conteúdo jornalístico e poderia ser aplicada em qualquer assunto.

Outra observação importante é que o conteúdo não tem nenhum tipo de trecho de entrevistas, apenas indicações de pesquisas que trouxeram certos dados.

No final, sites de referência no jornalismo são colocados como fonte para a produção do conteúdo.

3.2.2 Análise: Reforma Trabalhista: conheça os principais pontos.

A reforma trabalhista é um tema mais atual do governo Temer, que tomou uma grande repercussão devido a mudanças controversas. Com isso, o portal produziu uma trilha com 7 matérias, para não só entender as mudanças, mas todas as polêmicas envolvendo o assunto.

Para essa análise foi escolhida a primeira matéria da trilha, que explica os principais pontos que a reforma traz. A matéria foi publicada em 4 de abril de 2017.

- LINGUAGEM

Seguindo os mesmos moldes do outro conteúdo já analisado, a linguagem identificada nesse conteúdo também é formal, mas foram encontradas menos expressões descontraídas no texto.

Nesse texto, pode-se observar parágrafos mais longos, que formaram uma linha de trajetória da reforma, contada de como surgiu até ser sancionada pelo presidente.

Além disso, mais termos específicos do setor trabalhistas, mas que não dificultam a leitura. De forma geral podemos afirmar que a escrita sobre esse tema segue o mesmo procedimento adotado no texto anterior já comentado.

- EXPERIÊNCIA

A experiência de leitura nesse material foi encontrada com um podcast, onde você poderia escolher ao invés de ler todo o conteúdo. Mas, mesmo que você escolhesse ler, teria uma outra experiência com infográfico.

Para deixar mais claro as mudanças que a reforma traria, o infográfico dividiu por temas o antes e depois de cada reforma, dando clareza a informação. Essa clareza na informação é outro ponto importante que poderia enriquecer conteúdos jornalísticos.

A possibilidade de baixar e compartilhar o conteúdo também são de grande valia, considerando que poderia ser espalhado um conteúdo importante e bem estruturado de maneira prática.

Nessa matéria foram utilizados 42 hiperlinks, um excesso pois termos que significavam a mesma coisa possuíam a mesma ferramenta, isso pode dispersar a leitura.

- CONTEÚDO

O conteúdo segue a proposta da objetividade e imparcialidade. Nessa matéria, a autora optou por seguir uma ordem cronológica de acontecimentos até a medida ser sancionada, como se tivesse contando uma história.

É interessante observar que, ao decorrer da explicação do processo que a reforma passou, a autora também contribui por explicar trâmites que acontecem durante esse processo.

Explicar, por exemplo, as mudanças que tiveram ao passar na câmara e no senado, ela proporciona um conhecimento a mais sobre as funções do legislativo.

Além disso, ao explicar os tópicos da reforma, o conteúdo se preocupa em explicar o que significa os termos trabalhistas. Por exemplo, ela não só informa sobre as mudanças no trabalho temporário, ela também explica o que é caracterizado como esse tipo de trabalho.

Essa preocupação em explicar os termos que são utilizados na hora de relatar uma informação, o jornalismo também deixa a desejar. Facilmente, assistir uma notícia sobre economia e política pode deixar o telespectador mais perdido ou confuso, pois termos que são comuns para aquele nicho pode não ficar claros para alguns leitores, por isso a necessidade de também ensinar o básico do processo político.

3.2.3 Análise: Reforma da Previdência: entenda os principais pontos.

Para fechar as análises do portal foi escolhida a reforma mais recente, que deixou rastros até durante o período eleitoral, a da previdência e mesmo que ainda não tenha sido aprovada serve para ver como o portal Politize! Trata a questão.

Esse conteúdo é o mais extenso entre todos analisados, devido a mudanças na reforma, o conteúdo apresenta o que o presidente indicou inicialmente, o que o relator indicou e explica as duas propostas. O conteúdo foi publicado em 23 de maio de 2016.

- LINGUAGEM

Dos três textos apresentados, a linguagem desse foi a mais complicada de entender. Por se tratar de um assunto com uma grande complexidade, a objetividade na informação deveria ter sido mais incisiva. Explicar as mudanças do vai e vem da reforma não era fácil e a forma como o texto expôs o assunto pode dificultar um pouco a experiência de leitura.

A utilização de termos mais técnicos que, possivelmente, não seria de fácil entendimento para todos também foi encontrada. Observamos, portanto, que mesmo que em suas propostas e portal se propunha esclarecer e facilitar a compreensão do texto, nesse tema específico, isso não ficou muito claro para um leitor que queira se inteirar do que implica a mudança da previdência proposta por Temer.

- EXPERIÊNCIA

No que diz respeito a experiência de leitura desse material foram encontrados 2 vídeos e 1 infográfico. Um de autoria do portal, entretanto, produzido antes da proposta do relator, o que pode permitir uma confusão de conteúdos. E o outro vídeo de outro portal parceiro.

Referente ao infográfico, ele soma muito no quesito comparativo entre a proposta do presidente e a do relator, mas ignora o fato de muito dos termos ali podem não ser de total compreensão se o conteúdo for vinculado sem o resto da matéria. Também causa confusão, pois não deixa claro como está atualmente a reforma e fica difícil perceber as reais diferenças com o que está em vigor.

- CONTEÚDO

O conteúdo se apresentou mais confuso e de um nível mais elevado de dificuldade. O autor se preocupou muito em comparar a reforma proposta pelo Temer e a proposta pelo relator e, deixou a desejar no que se refere em como a previdência funciona atualmente. Um comparativo entre os três modelos no mesmo conteúdo facilitaria o entendimento.

O conteúdo é bem extenso, o que não desanima o leitor ao abrir a página, a divisão dos tópicos também foi falha pois não permitiu uma clareza necessária referente ao assunto. Foi observado também, que no final do conteúdo, foi apresentado apenas o “por que da reforma”, sendo defendido o lado do governo, deixando a desejar um tópico que explique o porquê dela também ser altamente criticada por alguns grupos.

3.3 O QUE O JORNALISMO DEVE APRENDER COM INICIATIVAS COMO A POLITIZE!

Quando tratamos de um conteúdo vindo de seres sociais, a busca pela total imparcialidade no texto se torna difícil. Uma simples escolha por palavras sinônimas já implica um posicionamento. Por isso, a busca por métodos que colaborem na objetividade e neutralidade devem ser valorizados na atividade jornalística, mas também devem ser apontados os limites que tais opções representam.

O Portal Politize não é uma plataforma jornalística, mas algumas características do seu conteúdo o tornam, em alguns aspectos, mais vantajoso do que o conteúdo de portais de notícias quando o assunto é política.

Dessa forma, seria coerente o jornalismo absorver e tentar reforçar algumas lacunas na sua produção com os moldes dos produtos desta plataforma online, para, principalmente, que seja possível voltar a veicular a sua produção com a imparcialidade, objetividade e confiança.

A partir das análises realizadas dos conteúdos do portal, alguns pontos merecem a atenção do jornalismo:

1. Apresentar os dois lados de uma maneira clara

Uma das regras em produções jornalísticas é apresentar os dois lados de um mesmo acontecimento, entretanto, comumente observa-se que nem sempre é assim e, quando é citado os dois lados, um acaba recebendo mais atenção do que o outro.

Para evitar esse problema, o Portal Politize utiliza um tópico no final dos conteúdos para expor de maneira clara os argumentos de quem é a favor, dos envolvidos ou qualquer quesito positivo e do outro quem é contra ou pontos negativos. Essa clareza no porquê de cada posicionamento permite ao leitor que ele reflita e, naturalmente, acaba se posicionando a partir dos dois lados apresentados.

Aqui queremos deixar claro que a contextualização da trajetória política recente tal como foi apresentada na nossa monografia e a opção claramente pelo social dariam um tom mais crítico as matérias e instrumentalizar mais o leitor para não ficar, apenas, informado, mas também para realizar uma opção mais clara em termos de política. Não queremos criticar por criticar o Portal Politize, ao contrário contribuir para melhorar a compreensão política da sociedade até porque num processo eleitoral ela deve de escolher e saber o que cada candidato representa ou

a que linha se aproxima pode ser vital na consciência das pessoas diante das urnas, com isso, acreditamos que o aperfeiçoamento dessa ferramenta seria de grande valia para conteúdos jornalísticos.

2. Manchetes

Muitas vezes é possível identificar o posicionamento de um veículo somente com as palavras escolhidas em suas principais manchetes. Para evitar qualquer tipo de posicionamento, o Portal tenta expor de maneira mais clara possível seus títulos, como por exemplo, Reforma da Previdência: entenda seus pontos.

Um cuidado e atenção redobrada pela busca de manchetes neutras como a utilizado nesse portal, também aumentaria a confiança do leitor ao conteúdo.

3. Escolha das palavras: não a adjetivos e advérbios

Já é regra no jornalismo: evite usar adjetivos e advérbios, que dão valor e características ao seu conteúdo. Entretanto, é mais uma falha na produção. A linguagem do portal é formal e mais objetiva possível, com discursos diretos e sem acrescentar nada além da informação, o portal consegue ensinar sobre diversos temas. O jornalismo deve e precisa se atentar mais a isso.

Os três tópicos apresentados são referentes a estrutura do texto, onde as teorias do jornalismo já apontam sua necessidade, mas que hoje, observamos cada vez menos cuidado com esses apontamentos. Entretanto, o principal ponto no que diz respeito ao seu papel na manutenção da democracia é o que diz respeito ao conteúdo.

O conteúdo jornalístico não se preocupa em ensinar o que está por trás daquele relato, mas só explicar o relato. Por exemplo, a reforma da previdência foi aprovada pelo Senado... mas o que isso significa, como foi o trâmite, isso beneficia ou complica a vida do trabalhador? e o que será feitos caso eventualmente seja aprovada no Senado. O cuidado com essa explicação e o conhecimento político fica atrás do interesse de divulgar o fato.

Logo, a partir das análises e do estudo concluído por essa monografia, existe uma grande necessidade do jornalismo abordar em seus conteúdos conhecimentos, processos e sistemas que estão em volta da política brasileira, diariamente, em seu trabalho, para que assim o compromisso com o direito a informação e manutenção

da democracia seja resgatado e a confiança do leitor volte a prevalecer. Nos parece que o Portal politize se constitui como uma excelente fonte de consulta pela variedade e atualização de temas delicados que afetam diariamente á população. Entretanto, desde o ponto de vista do jornalismo como já dito anteriormente, é necessário ter claro a contextualização e realizar as perguntas clássicas no sentido de ver se o conteúdo ajuda a tomar uma opção por parte do leitor. Sem dúvida esse esclarecimento tem que ser buscado pelo jornalista e nem sempre ele se encontra no Portal estudado.

CONCLUSÃO

A partir do conteúdo estudado nessa monografia, foi possível obter algumas conclusões e apresentar o resultado final. Inicialmente, foi feito um resgate da história e produção do jornalismo, que em junção com a pesquisa quali-quantitativa produzida para este trabalho, chegou à conclusão que o jornalismo tradicional brasileiro está defasado em dois pontos: em cumprir com o seu papel na contribuição da manutenção da democracia e na confiabilidade do seu leitor.

Identificados os dois problemas iniciais da atividade jornalística, fomos em direção ao resgate histórico da política brasileira. Esse resgate foi importante e necessário para perceber a trajetória da democracia no Brasil e entender como chegamos ao Governo atual de Michel Temer.

Identificar e entender sobre o atual Governo Temer era necessário, pois para obtermos resultados e apresentar propostas de melhoria para a atividade jornalística, utilizamos conteúdos referentes às reformas de seu governo. Além disso, o estouro da crise da produção jornalística teve ação direta com o cenário político brasileiro.

A partir disso, o trabalho desta monografia era analisar formas que o jornalismo possa melhorar o seu trabalho na contribuir na manutenção da democracia e o papel do Portal Politize nessa função.

O Portal Politize nasceu de uma lacuna do jornalismo que permitiu um crescente analfabetismo político, o projeto busca resgatar a importância e os valores democráticos com seus conteúdos e transformar o país a partir da educação política. Valores estes que seriam indispensáveis para a atividade jornalística e por isso andarem junto na produção desse trabalho.

Para entender e obter conclusões, foi realizada uma entrevista com o idealizador do Portal e uma análise, com base em Bardin, de 3 conteúdos do site. Os conteúdos escolhidos foram os mais atuais possíveis, as reformas do Governo Temer.

A partir dessa análise, foi possível identificar características no texto que faltam no jornalismo e que poderia ser aperfeiçoado para resgatar sua essência e confiança do leitor.

Contudo, o que foi identificado de principal foi o ensinamento sobre a política, seu sistemas e processos como a lacuna que o jornalismo deixou. É necessário que, além de ser relatado o fato, a atividade jornalística busque ensinar sobre e desperte

com seu conteúdo os valores democráticos e valorização do papel do cidadão. A falta dessa contextualização serve de alerta para os jornalistas que desejam usar as informações do portal Politize na elaboração de suas matérias.

O relato não deve bastar, mas o que está envolvido por trás disso. A produção jornalística deve por a formação de cidadãos e a democracia acima da submissão aos seus interesses de poder.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Rev. Adm. Pública* vol.41 no.spe Rio de Janeiro, 2007.
- ADGHIRNI, Zélia Leal. O Jornalista: do mito ao mercado. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 45-57, 2005.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. *Ética no jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CRUZ, Etelberto. Modelos de desarrollo heterodoxos y ortodoxos. *Economía UNAM* vol.7 no.19 México ene./abr. 2010.
- GUILHERME, Cassio Augusto. De Dilma a Temer: da crise do lulismo ao golpe do peemedebismo. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502040383_ARQUIVO_Artigo_completo-Anpuh2017-deDilmaaTemer.pdf> Acesso em 28 out. 2018.
- IJUIM, Jorge Kanehide. A Responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, 2009.
- JESUS, Julio Cesar Lopes. A expropriação da previdência pública como estratégia de financeirização do capital. *Serv. Soc. Soc.* no.131 São Paulo Jan./Apr. 2018.
- JORGE, Thais de Mendonça. Contribuições para uma história da notícia: um conceito e duas hipóteses sobre a mutação no jornalismo. Rio Grande do Sul, 2018.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo. A saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MEDINA, C. *Profissão jornalista: responsabilidade social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- MOTTA, L.G. O trabalho simbólico da notícia, Líbero. *Revista acadêmica do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero*, São Paulo, ano 8, n. 15-16, p. 8-15, 2005.
- PALERMO, Vicente, 2000. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, 43(3), pp. 521-557.
- PEREIRA, Fabio Henrique. 'Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão'. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Corvilhão, 2004.
- ROMANCINI, Richard; LAGO, Claudia. História do Jornalismo no Brasil. Disponível em: < <https://comunicacaopublicaufes.wordpress.com/2012/02/10/historia-do-jornalismo-no-brasil/>> Acesso em: 31 out. 2018.

SAMPAIO, Bruna Pessoa; BRUMATTI, Vitor Pachioni. Um breve estudo exploratório a respeito da evolução do jornalismo. Intercom, Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, Raissa do Nascimento. Jornalismo do Século XXI: Profissão, Identidade, Papel Social e Desafios Contemporâneos. Intercom, Paraíba, 2014.

TRAQUINA, N. Teorias do jornalismo. Por que as notícias são como são, v. 1. Florianópolis: Insular, 2004.